A photograph of a wind farm in a dry, hilly landscape under a clear blue sky. Several white wind turbines are visible, with the most prominent one in the foreground. The background shows rolling hills and mountains.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de
2023 e 2022 e relatório do
auditor independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixas	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Pirapora II Solar Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pirapora II Solar Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

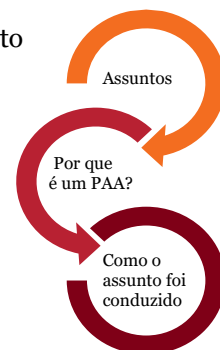
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 2.6(d), 3.13 e 17)

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da administração relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato.

Em decorrência do julgamento crítico da administração na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de março de 2023, sem ressalvas.



Pirapora II Solar Holding S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas



Pirapora II Solar Holding S.A.

divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18	724.854	430.940	15.298.904
Títulos e valores mobiliários	5	7.481.895	11.568.481	78.652.324	44.692.363
Contas a receber	6	-	-	10.947.745	11.563.303
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	-	-	6.580	-
Tributos a recuperar		-	-	954.830	395.623
Adiantamentos a fornecedores		-	-	24.402	2.912
Despesas antecipadas		1.052		4.728	
Dividendos a receber	22.3	11.127.778	8.472.758	-	-
		18.610.743	20.766.093	91.021.549	71.953.105
Não circulante					
Tributos a recuperar		313.966	289.815	313.966	289.814
Investimentos	8	142.984.874	120.331.601	-	-
Imobilizado	9	1.615	-	354.516.786	369.950.000
Intangíveis	10	17.116.046	17.646.717	17.116.046	17.646.717
Direito de uso	11.1	-	-	8.261.172	7.231.053
		160.416.501	138.268.133	380.207.970	395.117.584
Total de ativos		179.027.244	159.034.226	471.229.519	467.070.689

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	13	42.136	21.353	3.915.037	4.575.741
Tributos a recolher	12	9.323	2.922	1.640.196	762.458
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	-	-	400.592	176.916
Adiantamentos de clientes		-	-	-	1.409
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	19.521.419	19.399.520
Impostos a recolher		-	-	944.340	760.395
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	1.064.322	909.754
Debêntures a pagar	15	10.108.986	12.584.966	10.108.986	12.584.966
Dividendos a pagar	22.4	8.438.852	3.210.834	8.438.852	3.210.834
		18.599.297	15.820.075	46.033.744	42.381.993
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	256.602.104	275.492.676
Debêntures a pagar	15	123.020.414	121.566.451	123.020.414	121.566.451
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	7.828.632	5.664.597
Impostos diferidos		-	-	337.092	317.273
		123.020.414	121.566.451	387.788.242	403.040.997
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	10.075.818	10.075.818	10.075.818	10.075.818
Reserva legal	16.2	2.015.164	1.939.380	2.015.164	1.939.380
Dividendos adicionais propostos	16.4	25.316.551	9.632.501	25.316.551	9.632.501
Total do patrimônio líquido		37.407.533	21.647.699	37.407.533	21.647.699
Total do passivo e patrimônio líquido		179.027.244	159.034.225	471.229.519	467.070.689

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	17	-	-	96.067.823	90.813.449
Custos das vendas	18	-	-	(29.916.815)	(28.640.727)
Lucro bruto		-	-	66.151.008	62.172.722
Despesas gerais e administrativas	19	(741.643)	(875.588)	(1.516.613)	(1.803.834)
Equivalência patrimonial	8	46.853.809	35.674.767	-	-
Outras receitas e despesas		(8.097)	14	(208.605)	145.583
Lucro operacional		46.104.069	34.799.193	64.425.790	60.514.471
Despesas financeiras	20	(12.336.126)	(13.957.662)	(31.825.161)	(39.085.278)
Receitas financeiras	20	63.244	158.739	6.183.582	3.624.924
Resultado financeiro		(12.272.882)	(13.798.922)	(25.641.579)	(35.460.354)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.831.187	21.000.271	38.784.211	25.054.117
Imposto renda e contribuição social corrente	21	-	-	(5.080.534)	(4.101.894)
Imposto renda e contribuição social diferidos	21	-	-	127.510	48.048
Lucro líquido do exercício		33.831.187	21.000.271	33.831.187	21.000.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.831.187	21.000.271	33.831.187	21.000.271
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	33.831.187	21.000.271	33.831.187	21.000.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		10.075.818	1.263.415	3	(7.480.972)	3.858.265
Lucro líquido do exercício					21.000.271	21.000.271
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	16.2	-	675.965	-	(675.965)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(3.210.834)	(3.210.834)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	9.632.498	(9.632.498)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>10.075.818</u>	<u>1.939.380</u>	<u>9.632.501</u>	<u>-</u>	<u>21.647.699</u>
Dividendos distribuídos de reservas de lucros	16.4			(9.632.501)	-	(9.632.501)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	33.831.187	33.831.187
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	16.2	-	75.784	-	(75.784)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(8.438.852)	(8.446.282)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	25.316.551	(25.316.551)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>10.075.818</u>	<u>2.015.164</u>	<u>25.316.551</u>	<u>-</u>	<u>37.407.533</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		33.831.187	21.000.271	33.831.187	21.000.271
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	19	530.671	530.671	19.144.718	18.857.125
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	20	12.189.549	13.936.724	32.226.117	39.003.067
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	20	(63.244)	(135.022)	(5.896.394)	(2.752.390)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	(127.510)	(48.048)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	5.080.535	4.101.894
Resultado de equivalência patrimonial	8	(46.853.809)	(35.674.767)	-	-
Outros		-	-	-	-
		(365.646)	(342.124)	84.258.653	80.161.919
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	615.558	416.188
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	-	-	(6.580)	-
Adiantamentos		-	-	(21.490)	(758)
Despesas antecipadas		(1.052)	1.759	(4.728)	7.036
Tributos a recuperar		(24.151)	(51.337)	(583.359)	(52.525)
Tributos a recolher	12	6.401	1.633	877.738	(94.702)
Contas a pagar	13	20.782	(2.705)	339.004	(674.016)
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	-	-	223.676	135.238
Outros passivos		-	-	(1.409)	408
		1.980	(50.650)	1.438.410	(263.131)
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.896.590)	(4.162.736)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(363.666)	(392.774)	80.800.473	75.736.052
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Pagamentos na aquisição de imobilizado	9	(1.615)	-	(2.405.648)	(5.088.495)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		4.149.830	(1.991.101)	(28.063.567)	(18.130.485)
Dividendos recebidos	8	21.545.516	14.739.675	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		25.693.731	12.748.574	(30.469.215)	(23.218.980)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos - principal	14	-	-	(18.454.270)	(17.625.072)
Pagamento de empréstimos - juros	14	-	-	(19.457.043)	(25.404.316)
Pagamento de principal de debêntures	15	(5.782.000)	(4.720.000)	(5.782.000)	(4.720.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(7.429.566)	(6.919.609)	(7.429.566)	(6.919.609)
Dividendos pagos	16.3	(12.843.335)	-	(12.843.335)	-
Pagamento de arrendamentos	11.2	-	-	(1.233.008)	(1.261.152)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(26.054.901)	(11.639.609)	(65.199.222)	(55.930.149)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(724.836)	716.190	(14.867.964)	(3.413.077)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		724.854	8.663	15.298.904	18.711.981
No final do exercício		18	724.853	430.940	15.298.904
		(724.836)	716.190	(14.867.964)	(3.413.077)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Adição do direito de uso e passivo de arrendamento		-	-	1.403.540	1.706.368
Aquisição de imobilizado	13	-	-	401.764	18.530

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Pirapora II Solar Holding S.A. ("Pirapora II Holding" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 1 de julho de 2017, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso no 52, 18º andar, Centro. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras companhias.

A segunda fase do Projeto Pirapora, denominada Pirapora II, foi uma das vencedoras no 8º leilão de energia de Reserva, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 13 de novembro de 2015. Na ocasião, obteve êxito na venda de 25,2 MWm ao preço médio de R\$ 300 /MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três entidades (suas controladas) as quais receberam a autorização para exploração das usinas que, juntas, possuem capacidade total instalada de 90MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 16 de maio de 2017, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora II para a Pirapora II Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Companhia passou a controlar 100% do capital de Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A., detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 90MW. As empresas controladas têm o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

As Entidades controladas entraram em operação comercial ao longo do mês de maio de 2018, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora II: a partir do dia 26 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.167, de 25 de maio de 2018;
- Pirapora III: a partir do dia 18 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.098, de 17 de maio de 2018;
- Pirapora IV: a partir do dia 04 de maio de 2018, conforme despacho nº 998, de 03 de maio de 2018;

Em 07 de dezembro de 2018, a Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Omega Geração S.A.) adquiriu 50% das ações da Companhia, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 20% participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Serena Energia S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

1.1 Estrutura e autorizações para projeto

As entidades que fazem parte do Complexo Solar Pirapora II, localizado no município de Pirapora – MG, possui capacidade total instalada de 90 MW (114,926 MWp). Suas controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para a construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

Empresas constituídas	Assinatura da outorga	Capacidade	
Pirapora II Energias Renováveis S/A	10 de maio de 2016	30	MW
Pirapora III Energias Renováveis S/A	09 de maio de 2016	30	MW
Pirapora IV Energias Renováveis S/A	31 de maio de 2016	30	MW
		90	MW

- A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o Power Purchase Agreement - PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 30 MW cada;
- Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- Subestação Coletora Pirapora II 34,5/138 kV;
- Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora II à Subestação Pirapora 2;
- Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau

de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 23.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, adiantamento a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e debêntures, pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 23

2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Controladas	Atividade	% Participação 2023 e 2022
Pirapora II Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%

Pirapora III Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Pirapora IV Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(b)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(c)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(d)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja

provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 21).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro

- tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
 - Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
 - Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
 - Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(c) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

(d) Provisão para receita extra/ressarcimento

Os contratos das controladas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a

geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

2.7 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão

deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A., Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques fotovoltaicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques fotovoltaicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Ativo intangível

Refere-se a mais valia reconhecida como resultado da aquisição das investidas além de intangíveis relacionados à aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e

pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar.

O ágio e custo do intangível reconhecido são amortizados pelo período da outorga conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ativo intangível	Mais valia	Valor contábil das licenças	Intangível amortizável	Período de outorga	Prazo
Pirapora II	1.962.532	3.786.499	5.749.031	10/05/2016	35 anos
Pirapora III	1.920.241	3.791.927	5.712.168	09/05/2016	35 anos
Pirapora IV	1.863.856	3.790.993	5.654.849	31/05/2016	35 anos
	<u>5.746.629</u>	<u>11.369.419</u>	<u>17.116.047</u>		

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos fotovoltaicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos fotovoltaicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos fotovoltaicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos fotovoltaicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

(a) Debêntures

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.12 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

As controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita

bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.15 Arrendamento

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de

direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao

avaliar os valores em uso.

3.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões das normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição da alteração	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23 (IAS 8)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Divulgação de políticas contábeis materiais	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	Substituição ao IFRS 4 Contratos de Seguro	01/01/2023

i. IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

ii. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.

iv. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

v. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre *Base Erosion and profit shifting* – BEPS.

A Companhia não identificou impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas detalhadas acima.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade	01/01/2024
Alterações CPC 26 (R1)	Especificação os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigência de divulgação do direito da entidade de adiar a liquidação de um contrato de empréstimo de longo prazo que possui <i>covenants</i> futuros dentro de 12 meses atrelados a esse direito.	01/01/2024
Alterações CPC 06 (R2)	Especificação dos requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta.	01/01/2024

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos	18	724.854	430.940	15.298.904
Total	18	724.854	430.940	15.298.904

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 23.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	7.481.895	11.568.481	78.652.324	44.692.363
	7.481.895	11.568.481	78.652.324	44.692.363

- (i) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2023 sobre o DI CETIP ("CDI") de 100% (100% em 31 de dezembro de 2022) - rentabilidade do FIC Soberano DI Santander.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos de energia de reserva (i)	10.947.745	11.559.003
Outras contas a receber	-	4.300
	10.947.745	11.563.303

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
IRPJ	-	-	49.765	49.765

CSLL	-	-	84.711	109
PIS	-	-	61.763	-
COFINS	-	-	203.735	-
IRRF	-	-	554.856	345.749
	-	-	954.830	395.623
Não Circulante				
IRPJ	252.449	252.449	252.449	252.448
CSLL	2.175	2.175	2.175	2.175
PIS	1.072	-	1.072	-
COFINS	6.600	-	6.600	-
IRRF	51.670	35.191	51.670	35.191
	313.966	289.815	313.966	289.814
Total	313.966	289.815	1.268.796	685.437

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a))

	2023		
	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
Ativos circulantes	28.995.923	28.711.898	25.830.763
Ativos não circulantes	121.521.036	120.008.351	121.246.955
Passivos circulantes	13.179.836	12.652.460	12.729.930
Passivos não circulantes	88.611.720	88.225.983	87.930.124
Patrimônio líquido	33.034.026	32.166.690	30.930.350
Lucro do exercício	15.691.378	15.675.116	15.487.314
	2022		
	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
Ativos circulantes	20.082.753	20.547.794	19.207.802
Ativos não circulantes	126.096.137	124.942.588	126.142.329
Passivos circulantes	11.902.324	11.562.969	11.747.964
Passivos não circulantes	94.187.803	93.820.232	93.466.509
Patrimônio líquido	28.181.245	28.243.386	28.232.204
Lucro do exercício	11.907.518	11.863.795	11.903.454

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
Saldo em 31/12/2022	40.088.763	40.107.179	40.135.659	120.331.601
Equivalência patrimonial	15.691.379	15.675.116	15.487.314	46.853.809

Pirapora II Solar Holding S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022



Dividendos mínimos obrigatórios	(3.726.702)	(3.722.838)	(3.678.238)	(11.127.778)
Dividendos adicionais propostos	(3.328.036)	(4.217.651)	(5.527.071)	(13.072.758)
Saldo em 31/12/2023	48.725.404	47.841.806	46.417.664	142.984.874
	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
Saldo em 31/12/2021	35.474.805	34.873.299	34.661.243	105.009.348
Equivalência patrimonial	11.907.518	11.863.794	11.903.455	35.674.767
Dividendos declarados	(6.193.560)	(5.529.914)	(5.329.040)	(17.352.514)
Dividendos pagos antecipados 2022	(1.100.000)	(1.100.000)	(1.100.000)	(3.300.000)
Saldo em 31/12/2022	40.088.763	40.107.179	40.135.659	120.331.601

9 Imobilizado

Consolidado

2023

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Painéis solares fotovoltaicos	4% a.a	369.950.000	2.581.881	-	-	(18.240.626)	354.291.255
Adiantamento para aquisição de ativos	-	-	225.531	-	-	-	225.531
Total		369.950.000	2.807.412	-	-	(18.240.626)	354.516.786
Custo		452.444.970					455.252.382
Depreciação acumulada		(82.494.970)					(100.735.596)
Imobilizado líquido		369.950.000					354.516.786

Consolidado

2022

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Painéis solares fotovoltaicos	4% a.a	382.875.660	5.088.495	18.530	-	(18.032.975)	369.950.00
Adiantamento para aquisição de ativos	-	18.530	-	(18.530)	-	-	-
Total		382.894.480	5.088.495	-	-	(18.032.975)	369.950.000
Custo		447.356.475					452.444.970
Depreciação acumulada		(64.461.995)					(82.494.970)

Imobilizado líquido

382.894.480

369.950.000

Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como painéis fotovoltaicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 14). A Companhia efetuou uma avaliação de indicadores de impairment para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

10 Intangível

Consolidado				
2023				
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Licenças (i)				
Pirapora II	2,86%	5.927.645	(178.615)	5.749.030
Pirapora III	2,86%	5.889.230	(177.063)	5.712.167
Pirapora IV	2,86%	5.829.842	(174.993)	5.654.849
Total		17.646.717	(530.671)	17.116.046
Custo		21.228.748		21.228.748
Amortização acumulada		(3.582.031)		(4.112.702)
Intangível líquido		17.646.717		17.116.046

Consolidado				
2022				
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Licenças (i)				
Pirapora II	2,86%	6.106.260	(178.615)	5.927.645
Pirapora III	2,86%	6.066.293	(177.063)	5.889.230
Pirapora IV	2,86%	6.004.836	(174.993)	5.829.842
Total		18.177.388	(530.671)	17.646.717
Custo		21.228.748		21.228.748
Amortização acumulada		(3.051.360)		
Intangível líquido		18.177.388		17.646.717

- (i) Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia Solar II. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Companhia.

11 Direito de uso e passivo de arrendamento

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 11,30% a.a, obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, e,

quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possui 02 (dois) contratos de aluguel reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

11.1 Direito de uso

Consolidado				
2023				
Direito de uso de arrendamento	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	7.231.053	1.403.540	(373.421)	8.261.172
	<u>7.231.053</u>	<u>1.403.540</u>	<u>(373.421)</u>	<u>8.261.172</u>

Consolidado				
2022				
Direito de uso de arrendamento	Saldo em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Arrendamento de imóveis	5.818.164	1.706.368	(293.479)	7.231.053
	<u>5.818.164</u>	<u>1.706.368</u>	<u>(293.479)</u>	<u>7.231.053</u>

11.2 Passivo de arrendamento

Consolidado					
2023					
Passivo de arrendamento	Saldo em 31/12/2022	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	6.574.351	2.657.683	893.928	(1.233.008)	8.892.954
	<u>6.574.351</u>	<u>2.657.683</u>	<u>893.928</u>	<u>(1.233.008)</u>	<u>8.892.954</u>
Circulante	909.754				1.064.322
Não circulante	5.664.597				7.828.632

Consolidado					
2022					
Passivo de arrendamento	Saldo em 31/12/2021	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Arrendamento de imóveis	5.417.412	1.706.368	711.723	(1.261.152)	6.574.351

	<u>5.417.412</u>	<u>1.706.368</u>	<u>711.723</u>	<u>(1.261.152)</u>	<u>6.574.351</u>
Circulante	719.282				909.754
Não circulante	4.698.130				5.664.597

12 Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PIS sobre faturamento	375	278	230.336	116.358
COFINS sobre faturamento	2.294	1.744	1.083.347	537.493
Tributos retidos na fonte	6.654	900	220.661	107.412
ICMS	-	-	105.852	-
Outros	-	-	-	1.195
	<u>9.323</u>	<u>2.922</u>	<u>1.640.196</u>	<u>762.458</u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

13 Contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços prestados	42.136	2.402	124.814	532.880
Aquisição de materiais	-	-	154.980	158.621
Aquisição de imobilizado	-	-	401.764	986
Serviços de manutenção (i)	-	-	3.084.532	2.936.039
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	28.956	13.982
Ressarcimento CCEE	-	-	-	914.284
Outros	-	18.951	119.991	57.823
	<u>42.136</u>	<u>21.353</u>	<u>3.915.037</u>	<u>4.575.741</u>

O ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 dias (ver Nota 3.11)

(i) Valor referente a manutenção dos parques de energia solar.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Linha de crédito

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Consolidado</u>	
					<u>2023</u>	<u>2022</u>
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,08%	7,98%	2023 a 2038	275.492.686	293.946.945
Juros					630.837	945.251
					<u>276.123.523</u>	<u>294.892.196</u>
Passivo circulante					19.521.419	19.399.520

Passivo não circulante	256.602.104	275.492.676
------------------------	-------------	-------------

Em 28 de junho de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 366.477.563 tendo ocorrido a liberação total de R\$ 354.068.380.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque solar. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0766% a.a com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de fevereiro de 2019.

O valor do principal será amortizado em 234 prestações mensais, com início em 15 de fevereiro de 2019 até 15 de julho de 2038.

14.2 Movimentação dos empréstimos

Consolidado			
Saldo inicial em 31/12/2021	313.566.963	Saldo inicial em 31/12/2022	294.892.196
(+) Juros apropriados	24.354.621	(+) Juros apropriados	19.142.640
(-) Amortização juros	(25.404.316)	(-) Amortização juros	(19.457.043)
(-) Amortização principal	(17.625.072)	(-) Amortização principal	(18.454.270)
Saldo final em 31/12/2022	<u>294.892.196</u>	Saldo final em 31/12/2023	<u>276.123.523</u>

Garantias

O empréstimo conta com penhor de ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização e cessão fiduciária dos direitos emergentes relacionados ao Contrato de O&M.

	Empréstimos e financiamentos
2025	37.044.375
2026	36.064.938
2027	34.649.259
2028	33.247.361
2029	31.815.302
2030 - 2035	214.914.493
Total	<u>387.735.728</u>

15 Debêntures

15.1 Linha de crédito

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a

Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

Foram emitidas 118.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 18 de outubro de 2019. Abaixo, apresentamos as principais características:

Controladora e Consolidado						
	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	2023	2022
Debêntures - principal	R\$	IPCA+	10,12%	2020 a 2031	104.550.709	110.331.555
Debêntures - juros					30.652.971	26.156.283
Custos de captação					(2.074.280)	(2.336.421)
					133.129.400	134.151.417
Passivo circulante					10.108.986	12.584.966
Passivo não circulante					123.020.414	121.566.451

15.2 Movimentação das debêntures

Controladora e Consolidado			
Saldo inicial em 31/12/2021	131.854.302	Saldo inicial em 31/12/2022	134.151.417
(+) Juros apropriados	13.676.010	(+) Juros apropriados	11.927.407
(-) Amortização juros	(6.919.609)	(-) Amortização juros	(7.429.566)
(-) Amortização principal	(4.720.000)	(-) Amortização principal	(5.782.000)
(-) Custo a amortizar	260.714	(-) Custo a amortizar	262.142
Saldo final em 31/12/2022	134.151.417	Saldo final em 31/12/2023	133.129.400

Covenants

A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado e de dividendos de no mínimo 1,05 poderá acarretar deliberação de vencimento antecipado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas. Os índices calculados para 2022, são ICSD Consolidado 1,58 (1,40 em 2022) e ICSD dividendos 1,63 (1,27 em 2022).

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Debêntures	
2025	18.379.129
2026	20.750.930
2027	23.856.291
2028	27.188.988
2029	30.008.036
2030 - 2035	72.949.123
Total	193.132.497

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 10.075.818, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 10.075.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação	2023	2022
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	5.037.909	5.037.909
Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Ômega Geração S/A)	50%	5.037.909	5.037.909
		10.075.818	10.075.818

16.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o valor constituído no exercício é de R\$ 75.784 (R\$ 675.965 em 2022), totalizando R\$ 2.015.164.

16.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos a pagar e dividendos adicionais propostos.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 8.438.852 (R\$ 3.210.834 em 2022).

Em 2023, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 3.210.834.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	33.831.187	21.000.271
(-) Prejuízo acumulados anteriores	-	(7.480.972)
Base de cálculo dos dividendos	33.831.187	13.519.299
(-) Constituição da reserva legal	(75.784)	(675.965)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	33.755.403	12.843.334
Dividendos mínimos obrigatórios	8.438.852	3.210.834
Dividendos adicionais propostos	25.316.551	9.632.501

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	2023	2022
Saldo Inicial	3.210.834	-

Dividendos mínimos obrigatórios	8.438.852	3.210.834
Dividendos adicionais propostos	9.632.501	-
Dividendos pagos	(12.843.335)	-
	8.438.852	3.210.834

16.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$ 25.316.551 (R\$ 9.632.501 em 2022).

17 Receitas de vendas

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta de vendas (i)	99.672.498	94.948.821
(-) Ressarcimento	-	(669.740)
Receita bruta	99.672.498	94.279.081
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(641.928)	(617.167)
COFINS	(2.962.747)	(2.848.465)
Total das deduções da receita bruta	(3.604.675)	(3.465.632)
Receita líquida	96.067.823	90.813.449

- (i) Em 2023, a Companhia registrou um aumento em sua receita líquida devido ao aumento no preço dos contratos de venda de energia com a atualização da inflação e maior geração de energia em relação ao ano anterior.

18 Custos das vendas

	Consolidado	
	2023	2022
Custos operacionais		
Seguros	(704.051)	(604.335)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(114.409)	(95.587)
	(818.460)	(699.922)
Impostos e taxas		
TUSD	(5.794.402)	(5.370.921)

Taxa de regulamentação	(374.065)	(338.569)
	(6.168.467)	(5.709.490)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(161.957)	(169.200)
Manutenção das instalações	(3.573.053)	(3.219.024)
Serviços de assessoria	(548.727)	(505.872)
Outros serviços	(32.104)	(10.765)
	(4.315.841)	(3.904.861)
Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(18.240.626)	(18.032.975)
Custo com amortização do direito de uso	(373.421)	(293.479)
	(18.614.047)	(18.326.454)
Total dos custos de vendas	(29.916.815)	(28.640.727)

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas gerais e administrativas				
Despesas legais	(13.127)	(18.117)	(81.550)	(109.419)
Despesa com amortização	(530.671)	(530.671)	(530.671)	(530.671)
Outras despesas administrativas	(1.051)	(1.762)	(45.298)	(49.631)
	(544.849)	(550.550)	(657.519)	(689.721)
Impostos e taxas				
Multas	-	-	-	(460)
Impostos de importação	-	-	(64.320)	(60.612)
PIS/COFINS	(2.911)	(7.382)	(2.911)	(7.382)
	(2.941)	(7.382)	(67.261)	(68.454)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(36.319)	(48.257)	(137.032)	(193.030)
Serviços de consultoria	(95.656)	(210.908)	(95.656)	(210.908)
Honorários de auditores	(27.231)	(27.891)	(108.925)	(103.612)
Honorários de advogados	(4.588)	(614)	(25.838)	(18.204)
Serviços de informática	(30.059)	(29.986)	(30.059)	(80.159)
Serviços de vigilância	-	-	(208.094)	(188.798)
	(193.853)	(317.656)	(605.604)	(794.711)
Rateio de despesas				
Gestão administrativa	-	-	(186.229)	(250.948)
	-	-	(186.229)	(250.948)
Total das despesas administrativas	(741.643)	(875.588)	(1.516.613)	(1.803.834)

20 Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	63.244	135.022	5.896.394	3.036.742
Descontos obtidos	-	-	285.735	563.276
Outras receitas financeiras	-	23.717	1.453	24.906
	<u>63.244</u>	<u>158.739</u>	<u>6.183.582</u>	<u>3.624.924</u>
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos	(11.927.407)	(13.676.010)	(30.482.080)	(38.030.631)
Despesas bancárias	(119.687)	(878)	(132.927)	(47.661)
Custos com empréstimos	(262.142)	(254.284)	(262.142)	(254.284)
Comissão sobre debêntures	(23.540)	(24.546)	(23.540)	(24.544)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(893.928)	(711.722)
Outras despesas financeiras	(3.350)	(1.944)	(30.544)	(16.434)
	<u>(12.336.126)</u>	<u>(13.957.662)</u>	<u>(31.825.161)</u>	<u>(39.085.278)</u>
Resultado financeiro	<u>(12.272.882)</u>	<u>(13.798.922)</u>	<u>(25.641.579)</u>	<u>(35.460.354)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto	33.831.186	21.000.269	38.784.209	25.054.117
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	11.502.603	7.140.091	13.186.631	8.518.400
Resultados de controladas por equivalência	(15.930.295)	(12.129.421)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	179.510	-	179.510
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	4.427.692	4.809.820	4.427.692	4.809.820
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(12.661.299)	(9.453.884)
Encargo fiscal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.953.024</u>	<u>4.053.846</u>
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(5.080.534)	(4.101.894)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	127.510	48.048
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.953.024)</u>	<u>(4.053.846)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	12,8%	16,2%

<u>Consolidado</u>	
<u>2023</u>	<u>2022</u>

Imposto por natureza

IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	3.199.445	2.900.472
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	2.080.421	1.151.927
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	(199.333)	49.495
	5.080.534	4.101.894

22 Transações com parte relacionadas

22.1 Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	6.580	-
	6.580	-

22.2 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
EDF EN do Brasil Participações (i)	-	-	396.909	152.910
Pirapora X Energias Renováveis S/A	-	-	3.683	24.006
	-	-	400.592	176.916

Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) as Companhias da fase 2 (Pirapora II, Pirapora III, Pirapora IV), referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina Solar II. O rateio de despesas é proporcional à capacidade Solar II de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação é o exercício de 2023.

22.3 Dividendos a receber

	Controladora	
	2023	2022
Pirapora II Energias Renováveis S/A	3.726.701	2.828.036
Pirapora III Energias Renováveis S/A	3.722.840	2.817.651
Pirapora IV Energias Renováveis S/A	3.678.237	2.827.071
	11.127.778	8.472.758

22.4 Dividendos a pagar

	Controladora	
	2023	2022

EDF EN do Brasil Participações Ltda.	4.219.426	1.605.417
Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Ômega Geração S/A)	4.219.426	1.605.417
	8.438.852	3.210.834

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como a abertura do cálculo de distribuição de dividendos, encontram-se na nota 16.3.

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	18	724.854	430.940	15.298.904
Contas a receber	-	-	10.947.745	11.563.303
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	6.580	-
Dividendos a receber	11.127.778	8.472.758	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários (i)	7.481.895	11.568.481	78.652.324	44.692.363
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	42.136	21.354	3.915.037	4.575.741

Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	400.592	176.916
Empréstimos e financiamentos (iii)	-	-	276.123.523	294.892.196
Debêntures a pagar	133.129.400	134.151.417	133.129.400	134.151.417
Dividendos a pagar	8.438.852	3.210.834	8.438.852	3.210.834
Passivo de arrendamento	-	-	8.892.954	6.574.351

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas e dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

23.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	18	724.854	430.940	15.298.904
Contas a receber	-	-	10.947.745	11.563.303
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	6.580	-
Dividendos a receber	11.127.778	8.472.758	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	7.481.895	11.568.481	78.652.324	44.692.363

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de

Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto

23.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós- fixadas. A Companhia entende que não há risco significativo atrelado as taxas de juros e a exposição está máxima está evidenciada na tabela demonstrada abaixo.

23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora			
	2023		2022	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	42.136	-	21.354	-
Debêntures a pagar	15.912.528	193.132.497	13.211.566	209.045.026
Dividendos a pagar	8.438.852	-	3.210.834	-
Passivo de arrendamento	1.233.008	27.126.176	1.261.152	29.006.496
	25.626.524	220.258.673	17.704.906	238.051.522

	Consolidado			
	2023		2022	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	3.915.037	-	4.575.741	-
Contas a pagar – partes relacionadas	400.592	-	176.916	-
Debêntures a pagar	15.912.528	193.132.497	13.211.566	209.045.026
Empréstimos e financiamentos	33.778.998	387.735.729	37.037.208	421.514.727
Dividendos a pagar	8.438.852	-	3.210.834	-
Passivo de arrendamento	1.233.008	27.126.176	1.261.152	29.006.496
	63.679.015	607.994.402	59.473.417	659.566.248

23.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

23.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2024 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2023, cuja valor definido foi de 3,90% a.a, sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB	276.123.523	IPCA	16.289.787	18.476.369	20.623.953
Debêntures	135.203.680	IPCA	11.072.998	12.351.831	13.616.875

24 Compromissos assumidos

24.1 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
2024	Volume (MWh)	73.786	73.786	73.786
	Preço (R\$/MWh)	454	452	452
	Total (R\$ Mil)	33.519.322	33.351.829	33.351.829
2025 - 2037	Volume (MWh)	957.197	957.197	957.197
	Preço (R\$/MWh)	454	452	452
	Total (R\$ Mil)	434.835.362	432.662.526	432.662.526

25 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros S.A e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Coberturas	Importância seguradas
	R\$
Lucro cessantes e danos materiais	3.208.530.354

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Coberturas	<u>Importâncias seguradas</u>
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245